

TGSC TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA
CATARINA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

TGSC TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório de Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

TGSC TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ: 08.504.106/0001-34

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, de acordo com as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31/12/2022, de forma que recomendamos a sua aprovação.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Cotistas e Administradores da
TGSC TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA S.A.
Florianópolis - SC

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da TGSC TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA S.A. ("Companhia"), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TGSC TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foram auditadas por nós ou outros auditores independentes.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia àqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

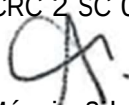


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 25 de agosto de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SC 000202/F-1


Márcio Silva

Contador CRC 1 RS 078817/O-2 - 1 - SC

TGSC TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (não auditado)

(Valores expressos em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2022	2021 (Não auditado)		Nota	2022	2021 (Não auditado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	13.606.000	83.611	Fornecedores		825.759	418.820
Impostos a recuperar		44.846	44.381	Empréstimos e financiamentos	10	51.482.236	-
Adiantamentos	5	17.510.436	2.175	Obrigações trabalhistas	8	140.437	139.323
Despesas antecipadas		15.590	12.847	Obrigações tributárias	7	165.631	201.804
Total do ativo circulante		31.176.872	143.014	Outras contas a pagar		6.350	11.962
				Total do passivo circulante		52.620.413	771.909
Não circulante				Não circulante			
Despesas antecipadas		70	98	Obrigações tributárias	7	252.610	42.311
Imobilizado	6	28.090.070	6.998.150	Outras contas a pagar		1.034	-
Intangível		9.900	9.900				
Total do ativo não circulante		28.100.040	7.008.148	Total do passivo não circulante		253.644	42.311
				Patrimônio líquido	11		
				Capital social		48.562.159	49.055.617
				Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	9	4.453.000	734.283
				Prejuízos acumulados		(46.612.304)	(43.452.958)
				Total do patrimônio líquido		6.402.855	6.336.942
Total do ativo		59.276.912	7.151.162	Total do passivo e do patrimônio líquido		59.276.912	7.151.162

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

TGSC TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em Reais)

	Nota	2022	2021 (Não auditado)
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal e encargos	12	(568.709)	(152.976)
Despesas administrativas	12	(427.977)	(330.098)
Despesas tributárias		(727.740)	(5.197)
Despesas com serviços de terceiros	12	(714.470)	(1.010.501)
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		(2.438.897)	(1.498.772)
Resultado financeiro			
Despesas financeiras		(750.257)	(37.469)
Receitas financeiras		29.808	23
Resultado operacional		(3.159.346)	(1.536.218)
Resultado não operacional		-	-
Prejuízo do exercício		(3.159.346)	(1.536.218)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis .

TGSC TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	2022	2021 (Não auditado)
Prejuízo do exercício	(3.159.346)	(1.536.218)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(3.159.346)</u>	<u>(1.536.218)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TGSC TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em Reais)

	Capital social		Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
	Capital integralizado	Capital a integralizar			
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)	45.982.520	-	2.374.639	(41.916.740)	6.440.419
Aumento de capital AGE 02/03/2021	2.579.639		(2.579.639)	-	-
Aumento de capital AGE 01/12/2021	5.500.000	(5.006.542)	(493.458)		
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital			1.432.741	-	1.432.741
Prejuízo do Exercício	-			(1.536.218)	(1.536.218)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)	54.062.159	(5.006.542)	734.283	(43.452.958)	6.336.942
Reversão de aumento de capital AGE 01/12/2021	(5.500.000)	5.006.542	3.496.717	-	3.003.259
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital			222.000	-	222.000
Prejuízo do Exercício	-			(3.159.346)	(3.159.346)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	48.562.159	-	4.453.000	(46.612.304)	6.402.855

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis .

TGSC TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em Reais)

	2022	2021 (Não auditado)
Fluxos de caixa proveniente das operações		
Prejuízo do exercício	(3.159.346)	(1.536.218)
Ajustes para:		
Depreciação	5.949	4.449
Variação de ativos e passivos		
Impostos a recuperar	(465)	(1)
Adiantamentos	(17.508.261)	(2.984)
Outros ativos	(2.715)	-
Fornecedores	406.939	162.132
Obrigações tributárias	174.126	(27.615)
Obrigações trabalhistas	1.114	-
Obrigações com pessoal e remuneração dos administradores	-	17.085
Outras contas a pagar	(4.578)	5.644
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	(20.087.237)	(1.377.508)
Fluxo de caixa de atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(19.615.633)	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(19.615.633)	-
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	3.073.097
Adiantamento para futuro aumento de capital	3.225.259	(1.640.356)
Empréstimos e financiamentos	50.000.000	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	53.225.259	1.432.741
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	13.522.389	55.233
Disponibilidades no início do exercício	83.611	28.378
Disponibilidades no final do exercício	13.606.000	83.611
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	13.522.389	55.233

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

O TGSC Terminal de Granéis de Santa Catarina S.A. ("TGSC") é um projeto de um terminal portuário de uso privado "greenfield", com terreno próprio contíguo ao Porto de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, para movimentação de grãos vegetais (soja, milho e farelo de soja).

O projeto contempla a instalação de berço de atracação para navios de até 125.000 toneladas, correias transportadoras interligadas à estruturas de armazenagem existentes, e dois carregadores de navio, no modelo de torres pescantes, com capacidade de movimentação de 2.000 toneladas/hora, cada. O terminal contará com estação de tratamento de efluentes e outras edificações de apoio administrativo.

Considerando que o terminal já possui todas as licenças e autorizações para sua implantação, em 2022 o TGSC continuou avançando seu processo de desenvolvimento, conforme destacado a seguir:

- Com o intuito de aprimorar o projeto de implantação do TGSC, vem sendo realizadas revisões e atualizações neste. Consequentemente, foi atualizado o cronograma de obras, o qual foi utilizado para pleitear junto à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários – SNPTA do Ministério da Infraestrutura, a prorrogação do Contrato de Adesão. Após análise por parte daquela Secretaria e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, foi deferido o pleito e firmado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Adesão nº 23/2014- SEP, publicado no Diário Oficial da União de 04 de março de 2022;
- A Companhia também evoluiu nas seguintes frentes: i) comercial, especificamente no que tange a busca e celebração de contratos de longo prazo de movimentação e armazenagem de grãos vegetais; ii) estruturação da dívida; iii) avaliação de eventuais aprimoramento e/ou otimizações no projeto de engenharia, tendo em vista oportunidades de melhora operacional e econômica do terminal; iv) contratação da construtora para execução das obras (EPC); e v) contratação de empresa de engenharia para serviços de Gerenciamento e Fiscalização das obras;
- Adicionalmente, o TGSC, através de consultoria ambiental especializada, realizou todos os estudos necessários, assim como atuou para o cumprimento das condicionantes constantes na Licença de Instalação 14/04/2021, de modo a receber a liberação para o início das obras formalizada na retificação, pelo IBAMA, da Licença de Instalação, emitida em 18 de novembro de 2022. O monitoramento ambiental da área do empreendimento, em atendimento aos programas descritos no Plano Básico Ambiental e na Licença de Instalação contemplam os meios físico, biológico e socioeconômico, e o atendimento a todas as condicionantes expressas nas Licenças Ambientais é avaliado e validado por uma empresa independente de auditoria ambiental;
- A Companhia possui apoio financeiro dos seus acionistas que suportam o plano de negócios visando a implantação do terminal, buscando alternativas disponíveis de capital próprio, capital de terceiros e dívida para o seu desenvolvimento.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade com relação às normas do CPC

As demonstrações contábeis anuais da Companhia são elaboradas de acordo com a NBC TG 1000, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através das Resoluções nos 1.255/09, 1.285/10 e 1.319/10. Estes pronunciamentos foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) através do CPC PME - Contabilidade para pequenas e médias Companhia.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

A preparação de demonstração contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria em 21 de julho de 2023.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas contábeis brasileiras aplicáveis às pequenas e médias empresas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 06 - Ativo imobilizado.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

b. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação a qual a Companhia e se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto para um item que será subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos:

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

- Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado;
- Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curto prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível a qualquer momento em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizáveis, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Qualquer ganho ou perda na alienação de um item do ativo imobilizado é reconhecido no resultado do exercício.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são:

Descrição	Vida útil
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Computadores e periféricos	5
Outros	10

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros, incluindo recebíveis

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas normais; Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas que não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de crédito esperadas de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre as condições econômicas e de crédito atuais.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

(iii) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

f. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

4. Caixa e equivalente de caixa

	2022	2021 (Não auditado)
Caixa	45	45
Bancos Conta Movimento	161	161
Aplicações de Liquidez Imediata	13.605.794	83.405
	<u>13.606.000</u>	<u>83.611</u>

Os recursos em caixa são mantidos para atender às necessidades imediatas de pagamento, e não para fins de investimento ou outros propósitos. A empresa considera esses recursos como equivalentes de caixa, pois são aplicações financeiras que podem ser facilmente convertidas em dinheiro em um valor conhecido, com um risco insignificante de variação de valor. Esses recursos são representados por investimentos em certificados de depósito bancário e podem ser resgatados em menos de 90 dias a partir da data das operações correspondentes.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

5. Adiantamentos

O valor de R\$ 17.510.436, registrado no ativo circulante, corresponde ao adiantamento feito aos fornecedores para dar início à construção do terminal. Devido a renegociações dos contratos de fornecimento, essa quantia retornou ao caixa da Companhia em 2023, sendo esses recursos novamente aplicados em fornecimentos de bens e serviços vinculados ao projeto de construção do terminal.

6. Imobilizado

				2022	2021 (Não auditado)
	Taxa anual depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado	Imobilizado
Maquinas e equipamentos	10%	19.301	(16.848)	2.453	3.692
Moveis e utensílios	10%	42.695	(37.170)	5.525	7.949
Veículos	20%	232.500	(1.500)	231.000	-
Computadores e periféricos	20%	26.457	(25.986)	471	1.257
Terrenos	-	5.712.000	-	5.712.000	5.712.000
Construções em andamento	-	5.332.395	-	5.332.395	1.273.252
Adiantamento a Fornecedores	-	16.806.226	-	16.806.226	-
Total bruto		<u>28.171.574</u>	<u>(81.504)</u>	<u>28.090.070</u>	<u>6.998.150</u>

TGSC TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

Demonstramos a seguir a movimentação do imobilizado líquido:

	Terrenos	Máquinas, Equipamentos e Computadores	Veículos	Construções em Andamento	Adiantamentos a Fornecedores	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.712.000	6.977	-	1.273.252	-	10.371	7.002.600
Depreciações	-	(2.028)	-	-	-	(2.422)	(4.450)
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.712.000	4.949	-	1.273.252	-	7.949	6.998.150
Depreciações	-	(2.025)	(1.500)	-	-	(2.424)	(5.949)
Aquisições	-	-	232.500	4.059.143	16.806.226	-	21.097.869
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.712.000	2.924	231.000	5.332.395	16.806.226	5.525	28.090.070

As construções em andamento envolvem os trabalhos necessários para a construção do terminal, como o desenvolvimento de projetos de engenharia, estudos de batimetria e sísmica, remoção de vegetação e outros serviços necessários.

O adiantamento registrado no ativo imobilizado corresponde ao adiantamento feito aos fornecedores para dar início à construção do terminal. Essa quantia é destinada a garantir o financiamento inicial das atividades de construção. Ao fornecer um adiantamento aos fornecedores, a empresa assegura que os recursos necessários estejam disponíveis para dar início ao projeto, permitindo que a construção prossiga de forma eficiente e sem interrupções.

Em 31 de dezembro de 2022 inexistiam ativos do TGSC dados em garantia ou cauções de empréstimos e financiamentos.

TGSC TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

7. Obrigações tributárias

	2022	2021 (Não auditado)
Imposto de renda retido na fonte	19.383	134.714
Superintendência de Patrimônio da União - SPU (a)	-	14.918
Contribuição social retida na fonte	23.552	23.148
COFINS	625	-
PIS	101	-
Imposto Sobre Serviços	6.946	-
Parcelamentos tributários (b)	367.634	71.335
	<u>418.241</u>	<u>244.115</u>
Circulante	165.631	201.804
Não circulante	252.610	42.311

(a) Refere-se a taxa de ocupação dos terrenos de compensação florestal, devida para a Superintendência do Patrimônio da União - SPU.

(b) Parcelamentos tributários:

Natureza	Tributos	Vencimento	Taxa Juros	2022	2021 (Não auditado)
Simplificado Previdenciário RFB	Contribuições previdenciárias	jan/27	Selic	85.146	34.322
Simplificado Demais Débitos RFB	Contribuições sociais retidas na fonte	Mar/25	Selic	28.444	37.013
Simplificado RFB	Contribuições previdenciárias, Imposto de Renda Retido na Fonte e Contribuições sociais retidas na fonte	Jan/27	Selic	207.604	-
Parcelamento Prefeitura	IPTU / Taxa alvará	Jan/25	1% a.m.	46.440	-
				<u>367.634</u>	<u>71.335</u>
Circulante				115.024	29.023
Não Circulante				252.610	42.312

8. Obrigações com pessoal e remuneração dos administradores

	2022	2021
Salários a pagar	14.339	-
Remuneração de conselheiros (nota explicativa 9)	31.358	31.358
Remuneração da diretoria (nota explicativa 9)	49.002	30.033
Provisões para férias e 13º salário	28.258	-
INSS	15.381	64.790
FGTS	2.099	13.142
	<u>140.437</u>	<u>139.323</u>

9. Saldos e transações com partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal-chave da administração

O valor total de despesas com a remuneração do pessoal-chave da administração, composta por 2 diretores estatutários, em 2022 foi de R\$ 200.000. No ano de 2021 não houve remuneração ao pessoal-chave da administração.

TGSC TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

b. Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

	2022	2021 (Não auditado)
SAGAH Administração e Participações S.A.	4.453.000	734.283
	4.453.000	734.283

Movimentação

	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2021	734.283
Adiantamentos recebidos	222.000
Aumento de capital com AFAC	(941.283)
Reversão de aumento de capital	4.438.000
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.453.000

Vide nota explicativa 11.a. aumento de capital, sobre a movimentação demonstrada no quadro acima.

c. Comodato de imóvel

Em 10 de julho de 2019 a Companhia firmou, na qualidade de comodatária, contrato de comodato de imóvel não residencial com a empresa Litoral Soluções em Comércio Exterior Ltda, por tempo indeterminado.

10. Empréstimos e financiamentos

Banco ou Instituição	Valor contratado	Parcelas	Taxa de Juros Anual	Data Liberação	Data Vencimento
Banco do Brasil	50.000.000	Única	6,27% + DI	07/11/2022	20/06/2023
Saldo em 31/12/2021	Captações	Amortização de principal	Amortização de juros	Juros reconhecidos	Saldo em 31/12/2022
-	50.000.000	-	-	1.482.236	51.482.236

Em 27 de junho de 2023, através do Primeiro Aditivo de Retificação e Ratificação à Cédula de Crédito Bancário nº 342.802.764, as partes prorrogaram o vencimento para 20 de Agosto de 2023.

A operação de empréstimo possui como garantias (i) ações da própria Companhia, (ii) contrato de prestação de serviços com o cliente Bunge e (iii) aval dos acionistas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

11. Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 48.562.158,68, representado por 767.843.762 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O capital social da Companhia está distribuído entre os acionistas como demonstrado a seguir:

	2022		2021	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
SAGAH Administração e Participações S.A.	541.284.043	70,49%	609.394.834	72,90%
SATI RJ Participações S.A.	226.559.719	29,51%	226.559.719	27,10%
	<u>767.843.762</u>	<u>100%</u>	<u>835.954.553</u>	<u>100%</u>

Aumento de Capital social

Em 02 de março de 2021, foi aprovado aumento de capital social, através da AGE realizada nesta data, passando o mesmo de R\$ 45.982.519 para R\$ 48.562.159, dividido em 767.843.762 ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, um aumento, portanto, no valor de R\$ 2.579.639, mediante a emissão de 298.063.963 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, a um preço unitário de emissão de R\$ 0,00865465 por ação, totalmente subscritas e integralizadas mediante a capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital realizados pela acionista SAGAH Administração e Participações S.A..

Em 1º de dezembro de 2021, através de Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, foi aprovado novo aumento de capital social no valor de R\$ 5.500.000, passando o capital social de R\$ 48.562.159 para R\$ 54.062.159, dividido em 1.526.995.203 ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, mediante a emissão de 759.151.441 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, a um preço unitário de emissão fixado em de R\$ 0,00724493 por ação, das quais 612.566.199 ações haviam sido integralizadas até 31 de dezembro de 2022.

Através dos procedimentos arbitrais 187/2021 e 202/2021, a acionista Sati questionou os aumentos de capital ocorridos no ano de 2021, sendo proferida sentença arbitral em 02 de fevereiro de 2023, onde a Câmara Arbitral decidiu pela validade do aumento realizado na AGE de 02 de março de 2021 e pela declaração de nulidade da AGE de 1º de dezembro de 2021, alegando inválida a deliberação sobre o preço de emissão com base no critério patrimonial-contábil.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

Os efeitos da decisão arbitral de 02 de fevereiro de 2023 foram reconhecidos nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022.

12. Despesas por natureza e função

Despesas com pessoal e encargos e administrativas

	2022	2021 (Não auditado)
Despesas com salários e encargos	(545.367)	(149.315)
Outras despesas com pessoal	(42.546)	(11.796)
Taxas e impostos	(206.017)	(221.492)
Despesas com viagens	(64.857)	(19.300)
Despesas com seguros	(20.472)	(19.388)
Custas judiciais	(36.885)	-
Despesas com telefonia	(1.540)	(1.517)
Depreciações e amortizações	(5.949)	(4.450)
Outras despesas	(45.753)	(33.817)
	<u>(969.386)</u>	<u>(461.075)</u>

Despesas com serviços de terceiros

	2022	2021 (Não auditado)
Consultoria técnica ambiental	(8.955)	(656.433)
Assistência contábil	(27.300)	(22.000)
Assistência jurídica	(318.104)	(230.000)
Outros	(387.411)	(124.068)
	<u>(741.770)</u>	<u>(1.032.501)</u>

13. Contingências

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não é parte integrante de processos judiciais de natureza tributária, civil e trabalhista passíveis de provisão contábil.

14. Cobertura de Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros de responsabilidade civil para os Diretores, Conselheiros e Administradores por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais indenizações, considerando a natureza de sua atividade.

16. Eventos subsequentes

Captações de empréstimos e financiamentos

Em 28 de junho de 2023 foi assinada Cédula de Crédito à Exportação - CCE no valor de R\$ 240.000.000, contratado junto ao Banco do Brasil, tendo como vencimento final em 05 de julho de 2030. Em 30 de junho de 2023 foi liberado parcialmente o valor de R\$ 150.000.000, sendo previsto a liberação do saldo ainda no ano de 2023. Os recursos desta CCE serão utilizados na construção do Terminal Portuário de uso privado de propriedade da Companhia.

O enquadramento da operação se deu com base no art. 1º da Lei 6.313, que define a finalidade dos recursos obtidos com a CCE para operações de financiamento à exportação ou à produção de bens para exportação, bem como às atividades de apoio e complementação integrantes e fundamentais da exportação, justamente o objeto do terminal em implantação.